



CONTABILIDADE NA PRÁTICA

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2024
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO

3º

Quad.

Resumo da Execução Orçamentária 2024



Receita Realizada

R\$ 70,23
Bilhões



Despesa Empenhada

R\$ 69,52
Bilhões



Receita Corrente Líquida Ajustada 6º Bim

R\$ 66,08
Bilhões



Gasto com Pessoal 49,99%

R\$ 33,03
Bilhões

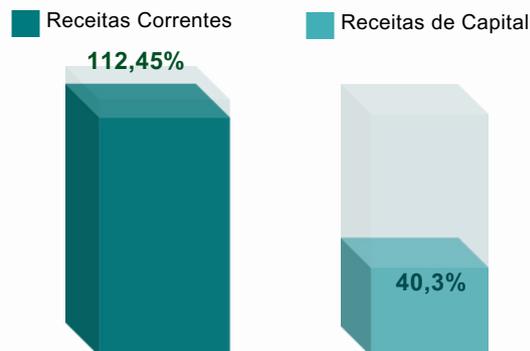
Os montantes relativos ao Gasto com Pessoal à RCL referem-se ao valor consolidado global do Estado.

O **Balço Orçamentário (BO)** é uma ferramenta de controle do gasto público, pois evidencia além do orçamento planejado o orçamento realizado. Ademais, demonstra o resultado orçamentário do período, que é avaliado pelo confronto de receitas realizadas e despesas empenhadas, neste caso, pode-se conferir que o Estado apurou um **superávit de 365,89 milhões** no exercício de 2024.

RECEITAS EXECUTADAS

DESCRIÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZADA ATÉ O BIMESTRE	% REALIZAÇÃO
RECEITAS CORRENTES	61.683.506.640	69.364.232.677	112,45%
RECEITAS DE CAPITAL	2.137.289.354	872.473.028	40,82%
TOTAL	63.820.795.994	70.236.705.706,64	110,05%

A Receita apresentada é relativa às receitas previstas e realizadas exceto as Intraorçamentárias.



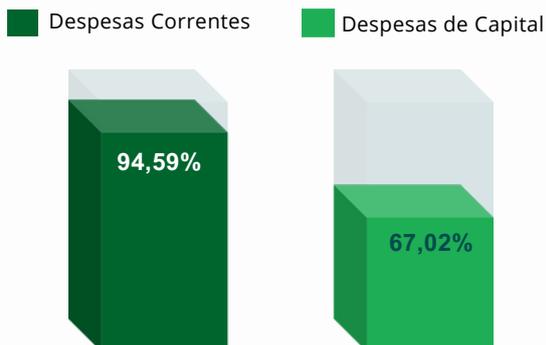
RECEITA ORÇAMENTÁRIA

O quadro das receitas orçamentárias visa demonstrar o que o Estado previu de arrecadação na Lei Orçamentárias Anual - LOA e quanto efetivamente realizou, confere-se para o exercício 2024 a arrecadação em 12,45 pontos percentuais a maior que o previsto.

DESPESAS EXECUTADAS

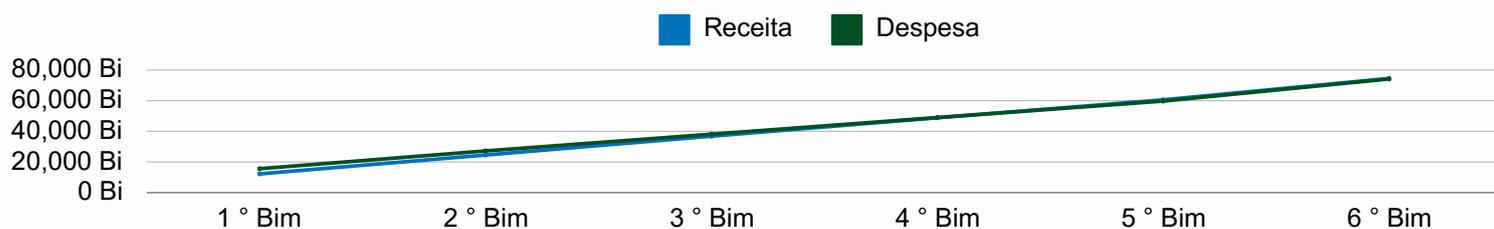
DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	REALIZADA ATÉ O BIMESTRE	% REALIZAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	65.187.669.333	61.658.224.300	94,59%
DESPESAS DE CAPITAL	11.731.618.938	7.861.975.987	67,02%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	288.070.624	-	-
TOTAL	77.207.358.895	69.520.200.287	90,04%

A Despesa apresentada é relativa às despesas fixadas e empenhadas exceto as Intraorçamentárias.



Despesas Correntes correspondem às despesas relativas à manutenção das atividades realizadas e serviços prestados pela Administração Pública aos cidadãos. Percebe-se que o Estado realizou aproximadamente 95% da despesa.

EVOLUÇÃO RECEITA REALIZADA x DESPESA EMPENHADA



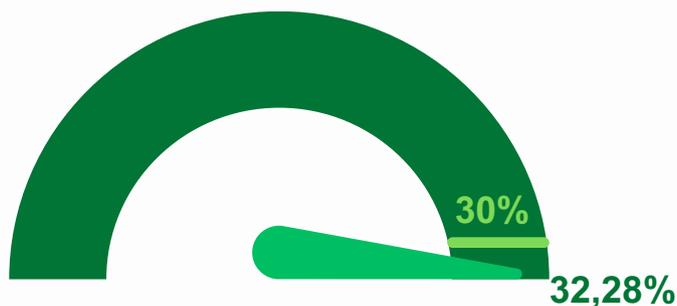
	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre
Receita Realizada	12.252.116.495,03	24.547.830.967,93	36.841.763.968,13	48.859.397.255,81	60.574.061.825,27	74.523.014.389,06
Despesa Realizada	15.632.679.193,31	27.217.028.136,64	38.131.897.234,99	49.003.845.348,14	59.750.277.154,44	74.157.118.352,72

Evolução da Receita e Despesa realizadas incluindo as Intraorçamentárias.

RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS

Sob a ótica do controle do gasto público, a Receita Líquida de Impostos é utilizada como parâmetro para o cumprimento dos índices constitucionais, aqueles relativos à Saúde e Educação. A Receita Líquida de Impostos do exercício financeiro 2024 atingiu o montante de **R\$ 54.377.349.965,71**.

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE



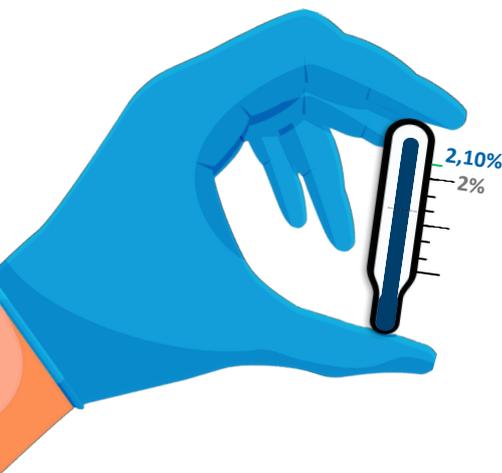
O Governo do Estado do Paraná investiu o equivalente a 32,28%. O mínimo constitucional obrigatório com gastos em educação é de 25%, não obstante a constituição estadual estipula o acréscimo de 5% para aplicar no ensino superior. Confere-se, portanto, houve mais de 1,24 bilhões investidos acima do limite.

SAÚDE



De acordo com o art. 6º da Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, o Estado deve aplicar no mínimo 12% (doze por cento) da arrecadação líquida dos impostos em saúde. A despesa empenhada no período foi de **R\$ 6.655.834.241,03**. O equivalente a 12,24%, ou seja, **foram investidos mais de 130 milhões acima do limite**.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA



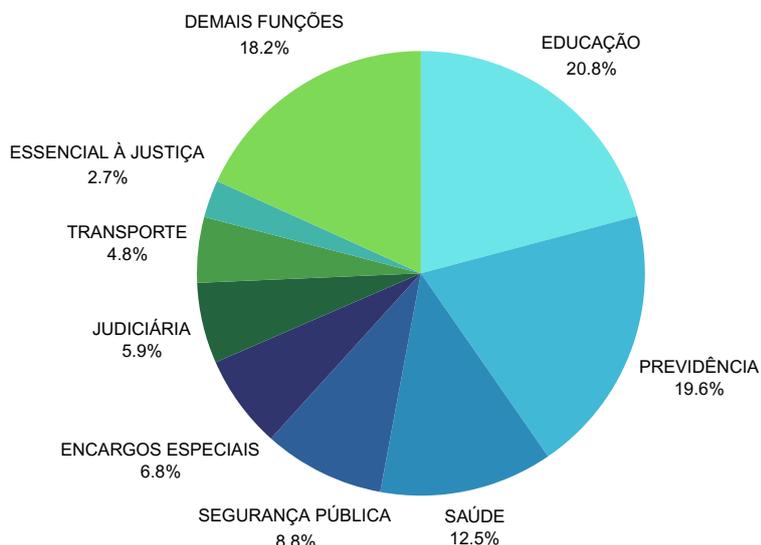
De acordo com a Constituição Estadual o Estado deve promover o desenvolvimento científico e tecnológico através do fortalecimento e da constante modernização do sistema produtivo estadual. A destinação do recurso não pode ser inferior a 2% no ano.

No exercício de referência (2024) apurou-se que houve o cumprimento do índice na ordem de 2,10%, assim sendo, pode-se dizer que o Estado ultrapassou em 5% (cinco por cento) o montante a ser aplicado em Ciência e Tecnologia.

Foram empenhadas despesas na importância de **R\$ 578.933.205,58**.

DESPESAS POR FUNÇÃO

12 – EDUCAÇÃO	15.457.766.747
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	14.498.148.375
10 – SAÚDE	9.282.583.831
06 – SEGURANÇA PÚBLICA	6.492.918.719
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	5.026.442.630
02 - JUDICIÁRIA	4.353.891.245
26 - TRANSPORTE	3.533.797.023
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	2.023.675.299
DEMAIS FUNÇÕES	13.487.894.479



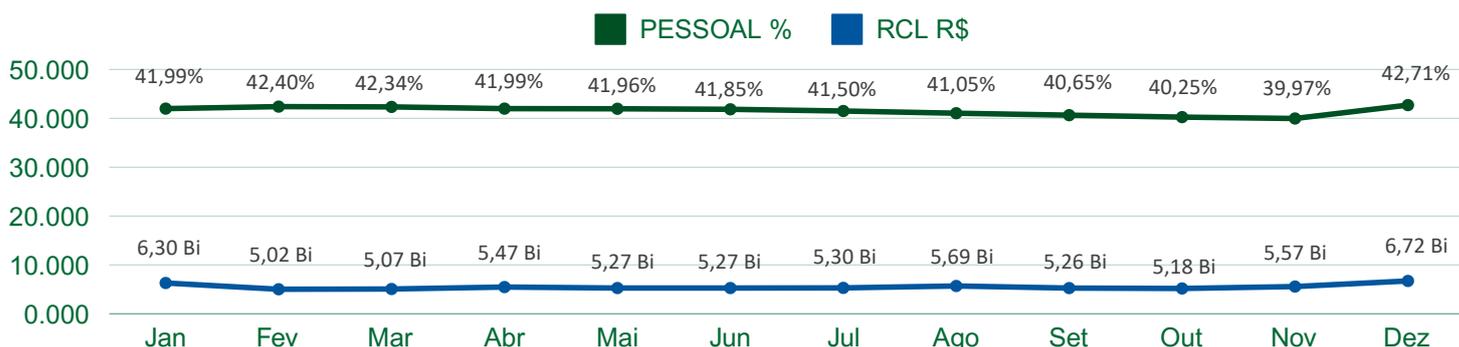
DESPESAS COM PESSOAL

Para o cálculo da **despesa bruta com pessoal** consideram-se, além da remuneração do pessoal em atividade, os pagamentos de natureza indenizatória, que têm como característica compensar dano ou ressarcir gasto do servidor público, em função do seu ofício, e os benefícios assistenciais, enquanto que na **despesa líquida com pessoal** tais valores são desconsiderados.

DESPESAS COM PESSOAL

O montante aplicado na Despesa com Pessoal referente ao Poder Executivo é de 28.222.023.933, enquanto a Receita Corrente Líquida Ajustada foi de 66.084.616.647, ou seja, o equivalente a 42,71%.

DESPESA COM PESSOAL x RECEITA CORRENTE LÍQUIDA



RESULTADO PRIMÁRIO

Resultado Primário (Acima da Linha)

Com RPPS : -816.732.338,65
Sem RPPS : 6.184.433.696,39

Meta Fiscal Resultado Primário
-108.260.549,00

Resultado Nominal (Abaixo da Linha)
sem RPPS: 482.841.820,99

Meta Fiscal Resultado Primário
823.679.667,00

Um dos objetivos do relatório de Resultado Primário e Nominal é o de verificar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, gerando assim um elo entre o planejamento, entre a elaboração e a execução do orçamento público.

O Resultado Primário leva em consideração, inicialmente, o confronto entre as receitas e despesas primárias, que são aquelas não financeiras. Por outro lado, o Resultado Nominal abarca as receitas e despesas “financeiras”, referentes aos juros e outros encargos da dívida, que foram desconsideradas para o Resultado Primário.

O Resultado Primário superavitário indica que o Estado teve recursos suficientes para honrar seus compromissos, garantindo recursos para pagar os juros da dívida e reduzir o endividamento, mantendo a dívida equilibrada e sustentável. Observa-se, a solidez Fiscal do Estado ao analisar o quadro da Dívida Consolidada, e, que o Estado apresentou uma Dívida Consolidada Líquida Negativa.

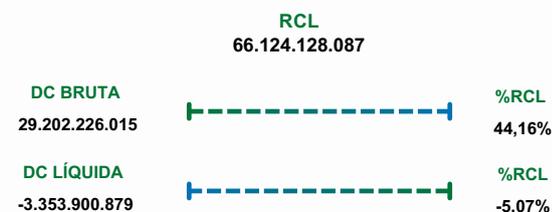
Em continuidade, conforme o quadro da Dívida Consolidada abaixo, pode-se averiguar que o Estado possui mais recursos (Ativos Financeiros) que dívidas. Gerando uma Dívida Consolidada Líquida Negativa, na ordem de -3.353.900.879,90. Além do Paraná, somente os Estados Espírito Santo, Rondônia, Mato Grosso, Paraíba e Amapá apresentaram tal situação.

DÍVIDA CONSOLIDADA

	2023	2024
Dívida Consolidada	29.015.763.258,01	29.202.226.015,14
Deduções	31.886.822.316,92	32.556.126.895,04
Disp de Caixa	31.758.873.536,45	32.541.373.677,46
Disp de Caixa Bruta	33.492.632.586,00	33.992.875.559,02
(-) Restos a Pagar Processados	50.153.470,49	276.678.346,02
(-) Depósitos Restituíveis	1.683.605.529,06	1.174.823.535,54
Demais Haveres Financeiros	127.948.780,47	14.753.217,58
Dívida Consolidada Líquida	-2.871.059.058,91	-3.353.900.879,90
VARIAÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	482.841.820,99	

Sendo o Estado do Paraná o 2º com o melhor desempenho, atrás do Mato Grosso, o qual apresentou a DCL na ordem de -4.768.428.528,31, segundo os dados do SICONFI/STN.

Conforme demonstrado abaixo, a Dívida Consolidada Líquida - DCL ficou muito aquém do limite estabelecido pela Resolução nº 40/01, do Senado Federal, que é de 200% sobre a RCL.



RPPS

O Governo do Estado administra o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), que é o sistema de aposentadoria dos servidores e servidoras estaduais. O Estado recolhe, no pagamento do salário para os servidores, uma contribuição que será destinada ao RPPS, assim como o Governo Federal faz com todos os trabalhadores no Regime Geral de Previdência Social.

Como a contribuição dos servidores não é suficiente para todas as despesas do RPPS (aposentadorias e pensões), se diz que o RPPS é deficitário. O déficit do RPPS é coberto por recursos arrecadados pelo Estado. Essa quantia para cobrir o déficit é chamada Recursos Para Cobertura da Insuficiência Financeira.

Fundo Previdenciário: 771.527.987

Fundo Financeiro: -5.937.838.804

Fundo Militar: -1.593.619.787

Recursos p/ cobertura de insuf. Financeiras: 7.618.513.277

